

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

David Farias Silva (1); Thayna Farias Silva (2); Letícia Farias Silva (3); Monica Sabrina (4)  
Marcos Paulo Sobral (5)

*Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional Penedo/AL.*  
davidfsnot@gmail.com<sup>1</sup>, thaynafarias99@hotmail.com<sup>2</sup>; leticiafarias25@live.com<sup>3</sup>;  
monicasabrina18@gmail.com<sup>4</sup>; socramsobral@gmail.com<sup>5</sup>

### **Introdução**

É notório que à escola brasileira ainda não se encontra totalmente preparada para receber os discentes, pois as condições são precárias. Como a mudança não acompanha o paradigma da diversidade inclusiva, torna-se óbvio que a escola busque correspondência com a realidade educacional apresenta uma estrutura rígida e seletiva, pois as escolas são seletivas e rígidas quando se fala a respeito da aceitação e a permanência dos discentes com deficiências.

Nota-se que as crianças e jovens com deficiências inclusos no ambiente escolar, nem sempre encontram nas escolas, as devidas condições de aprendizagem, o que é comum são os arranjos educacionais, que não garantem atendimento especializado, ou seja, poucas são as experiências pedagógicas substanciadas numa prática emancipadora.

Percebe-se que precisou de décadas para que a Educação Inclusiva seja vista na temporalidade. O sistema educacional não funciona da maneira adequada e a própria dimensão do país de que uma nova política chega a ser implementada. Existem alguns professores que dizem “não assimila não, para que está na escola?” Isto é, uma perspectiva não inclusiva, eugenista. O modelo Espartano Grego, (Esparta – Mente, Grego – Corpo), este modelo afirma que o corpo é perfeito e também o intelecto, os que não se encaixam nesses padrões foram queimados, jogados de montanhas ou abandonados.

O desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aqueles que possuam desvantagens severas. Por isso, levou-se a criar a escola inclusiva. Os entraves encontrados é que os alunos com deficiência. A educação inclusiva é para lidar com as dificuldades, obstáculos, limitações e diferenças existentes no ambiente escolar. Desenvolvendo pedagogia centralizada na criança sem segregação, educando todas incluindo os que possuem dificuldade no aprendizado. A pesquisa tem como objetivo analisar como os professores de Ciências do Ensino Fundamental – anos finais incluem os estudantes com dificuldade de Aprendizagem em suas aulas. Tendo como objetivos específicos: analisar se o projeto pedagógico da escola contempla a educação inclusiva; entender como os professores lidam com os estudantes com dislexia, discalculia e déficit de atenção; identificar a necessidade ou expectativa de formação continuada por parte dos professores pesquisadores.

### **Metodologia:**

A metodologia da pesquisa é a mais importante, pois é através dela que trilhamos o caminho para alcançar os objetivos proposto da pesquisa. Para consecução dos objetivos inicialmente esse estudo se prevalecerá de um estudo bibliográfico e documental, pois segundo Gil (2008) é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para os procedimentos de coleta dos dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a qual de acordo com Marconi (2001) tem por objetivo pôr o pesquisador diretamente em contato com tudo o que foi escrito sobre um assunto determinado, permitindo desse modo que o pesquisador tenha uma ajuda paralela no exame de suas observações.

Desta forma, segundo este método foi abordado conteúdos e informações através da leitura de artigos, Internet, bem como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), a fim de evidenciar os direitos que o aluno especial possui quando é incluído, tornando-se assim uma pesquisa documental. Por fim, conclui-se que os dados adquiridos possibilitaram uma maior compreensão sobre a atual importância da educação inclusiva, assim como do papel da escola, da família, da sociedade, do docente, voltando-se, portanto, para a integração do aluno com deficiência.

### **Resultados e Discussão:**

Os resultados analíticos qualitativos deste artigo de revisão bibliográfica baseiam-se na leitura e estudos de 09 (nove) artigos, destes foram obtidas algumas informações acerca das práticas pedagógicas contribuintes de uma educação inclusiva nas unidades de ensino regular. Considerando o levantamento dos artigos pela temática, os estudos foram desenvolvidos dentro de uma perspectiva de interação dos nove artigos selecionados, e assim, embasados por dados referentes às práticas pedagógicas (01), educação inclusiva (01), políticas públicas de educação (01) e interdisciplinaridade no contexto escolar (01). Os cinco (05) artigos que restaram apontaram aspectos outros, assim, não sendo incorporados significativamente para esta produção por apresentarem discussões aspectos educacionais que não traçamos como objetivos do nosso trabalho.

Nesse sentido, no conjunto da obra os autores abordam a necessidade do professor ser responsável e possuir autonomia na condução de suas práticas pedagógicas, pois essas precisam ser repensadas dentro de um contexto flexível do qual é praticada. As práticas pedagógicas, neste âmbito de inclusão necessariamente precisam e devem ser reformuladas para uma melhor viabilidade do acesso a educação inclusiva.

A inclusão, compreendida a partir do movimento que defende a universalização dos direitos humanos, desponta como perspectiva norteadora das políticas públicas, das propostas de atendimento e de formação profissional em diferentes áreas do conhecimento e setores sociais. Nas últimas décadas, a educação especial tem contemplado os influxos dessa discussão no que se refere ao acesso de alunos com deficiências no ensino comum e, sobretudo, ao pertencimento a esses espaços a partir do reconhecimento da alteridade (VASQUEL, MOSCHEN e GURSKI, 2013).

Diante do exposto podemos compreender que a temática sobre Inclusão Escolar precisa ser trabalhada e viabilizada no contexto educacional de forma efetiva conforme prevê a Constituição Federal de 1988 para que todos sejam considerados inseridos no processo educativo. Assim, pode-se perceber que os autores apresentaram a ideia de inclusão bastante coerentes conforme necessidade social, no que se refere a democratização dos direitos humanos.

A história da inclusão de alunos com deficiência nos mostra que “(...) de um lado, havia um modelo de educação especial que adotava as classes especiais para alunos com necessidades educativas especiais, propondo-se a um atendimento mais específico” (Mazzotta, 1982). Na medida em que esse modelo contribuía para segregação dessas crianças, a inclusão escolar ganhou força, refletindo os esforços atuais da sociedade pela sua integração em salas regulares de ensino, de forma a aceitar e respeitar suas diferenças (Bueno, 1991; Glat, 1989 apud JUNIOR; RUBIM; PINA, 2013).

Houve como divisor de águas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 20 de dezembro de 1996, no Cap. V artigo 58º que entende a educação especial, para os efeitos da lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Atualmente a Política Nacional de Inclusão Escolar tem recebido severas críticas por não aprofundar as ações relativas às especificidades de seu aluno-alvo, desenvolvendo a

diferença na igualdade abstrata de indivíduo em salas regulares (LACERDA; ALBRES; DRAGO, 2013). O autor procura retomar a ideia que é uma exigência legal porém, adequações necessárias para efetivação do processo não acontece de forma ampla, tornando assim numa grande problemática, que se arrasta lentamente no sistema educativo.

A Escola Inclusiva surge como uma manifestação social em defesa da igualdade de direitos, baseando-se em princípios éticos, promovendo a equidade e a eliminação de qualquer tipo de discriminação. Dentro deste contexto, os projetos pedagógicos precisaram ser revistos, a escola passa a ser uma instituição democrática, um espaço onde todos têm o direito de receber educação de qualidade. A LDB prevê professores com especialização adequada em nível médio ou superior, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração. A inclusão deixou de ser um detalhe na história da educação para tornar-se um desafio a ser vencido pelos professores, pois ao mesmo tempo em que a lei impõe a necessidade, deixa de especificar a formação do “novo” profissional da educação, sendo reservada aos municípios a realização de programas de capacitação para todos os professores em exercício. (JÚNIOR; VITAL; RUBIM; PINA, 2013).

Conforme Júnior, et alli (2013) descrevem que mesmo diante das alternativas governamentais para a capacitação, seja ela generalista ou especialista, muitos são os relatos de professores que demonstram despreparo, individualismo profissional, resistência e sentimento de abandono, frente à inclusão escolar, refletindo a precariedade de alternativas práticas que viabilizem um processo educacional de qualidade.

No sistema educacional a ideia de inclusão passa por um momento de transição marcado pela dissociação dos termos integrar e incluir que, apesar de serem considerados também sinônimos por alguns estudiosos, são diferenciados por outros, que definem a integração como uma situação que privilegia o aluno com necessidades educacionais especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, enquanto a inclusão exige também da sociedade condições para essa inserção (BATISTA E ENUMO, 2004 apud JUNIOR; VITAL; RUBIM; PINA, 2013).

Os estudos analíticos qualitativos bibliográficos apresentam grande preocupação com a real situação da educação inclusiva, tentando suscitar debates em torno de políticas públicas educacionais que visam adotar práticas pedagógicas inovadoras, que de fato viabilize a aprendizagem e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Toda essa problemática encontrada nessas discussões trouxe esclarecimento da real necessidade que o cenário educacional vive hoje, e que precisa de adequações asseguradas pela lei e por políticas públicas sistemáticas que de fato exija o cumprimento em caráter de urgência de possibilidades concretas para o atendimento dessa clientela. Sabe-se que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças, por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Mesmo diante das alternativas governamentais para a capacitação, seja ela generalista ou especialista, muitos são os relatos de professores que demonstram despreparo, individualismo profissional, resistência e sentimento de abandono, frente a inclusão escolar, refletindo a precariedade de alternativas práticas que viabilizem um processo educacional de qualidade. (JÚNIOR; VITAL; RUBIM; PINA, 2013).

Dessa forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também à permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino como propõem (JÚNIOR; VITAL; RUBIM; PINA, 2013). Diante das análises dos artigos, foi possível ainda observar indicadores necessários que possibilite de fato uma educação inclusiva.

Neste aspecto, a maioria dos artigos apresentou como proposta para essa educação, diversos subsídios para a efetivação de práticas pedagógicas nesse processo de inclusão, não bastando apenas à obrigatoriedade legal do direito, mas tendo que haver suporte em recursos material e humano como: formação específica e capacitação do docente; infraestrutura e recursos materiais adequados; reorganização da escola, tanto no aspecto físico e material (barreiras arquitetônicas, adaptações), como na preparação de todos os funcionários envolvidos; parcerias com outros profissionais, como, psicopedagogo, neurologista, psicólogo, psiquiatra, assistente social, agente de saúde, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Nesse contexto, ficou claro que o desempenho do profissional da educação é muito pertinente neste processo, pois cabe a ele utilizar-se de práticas pedagógicas baseadas em formação específica que venha contribuir com esse processo de inclusão, voltada para práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão.

### **Conclusões:**

Em vista dos argumentos apresentados, conclui-se que a escola é um pilar de fundamental importância para construção de uma sociedade mais digna e justa, pois, é principalmente nos espaços educativos que se constroem seres pensantes, a fim de melhorar sua realidade. Sendo assim, é imprescindível que a inclusão seja pensada como base em todos os documentos normativos de instituição, e para, além disso, ser colocados em prática.

Garantir a inserção desses estudantes no ambiente escolar, começando pelo Projeto Político Pedagógico, pode ser considerado como um primeiro passo para a conquista da democratização do ensino. Além disso, cria-se na comunidade escolar um sentimento de pertencimento do estudante com deficiência ao pensar em práticas pedagógicas que o façam se sentir incluídos, deixando de existir o sentimento da exclusão, da segregação nas aulas de ciência.

### **Referências Bibliográficas**

- BAUTISTA, R. (coord). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Denalivro, 1997.
- CORDEIRO, Valdete Jane. **Práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso na escola profissionalizante Senac/ Concordia – SC**, B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof. , Rio de Janeiro, v. 36, n.3, set./dez. 2010.
- JÚNIOR, Adilson Bergamo; VITAL, Andréa A.F.; RUBIM, Dulcinéia L. Mendes; PINA, Vera Márcia G. da Silva. **A interdisciplinaridade no contexto da inclusão escolar**. Cadernos de Pós- Graduação do desenvolvimento, 2013.
- LACERDA Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES Neiva de Aquino; DRAGO Silvana Lucena dos Santos. **Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo Educ. Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- VASQUES Carla K; MOSCHEN Simone; GURSKI Roselene. **Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2013